



Formação dos Docentes do Instituto Federal do Paraná: Análises e Perspectivas com relação à Meta 13 do Plano Nacional de Educação

Postgraduate Formation of the Staff Teachers of Federal Institute of Paraná: Analysis and Perspectives concerning Goal 13 of the National Education Plan

Formación de los Docentes del Instituto Federal de Paraná:

Análisis y Perspectivas con relación a la Meta 13 del Plan Nacional de Educación

Daiane Padula Paz¹
Edilson Pontarolo²

RESUMO:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são entidades de grande importância na educação brasileira. Entre eles, está o Instituto Federal do Paraná, o qual possui expressivo número de docentes da carreira de Ensino Básico Técnico e Tecnológico que atuam também no ensino superior. O Plano Nacional de Educação, política que consiste em estabelecer diretrizes, metas e estratégias para qualificar a educação, estabeleceu vinte metas para o decênio 2014-2024, entre as quais está a meta número 13, que tem por objetivo elevar a qualidade do sistema de educação superior e ampliar a proporção de docentes com titulação mestrado e doutorado para 75%, sendo do total do quadro efetivo 35% doutores. Com essa perspectiva, delineou-se este estudo que tem por objetivo averiguar o status quo da formação *stricto sensu* do quadro de docentes do Instituto Federal do Paraná e estabelecer relações com a meta treze do Plano Nacional de Educação. As apresentações estatísticas de dados extraídos do Relatório Anual de Análise de Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Exercício 2022 (MEC, 2022) e dos Editais de Afastamento para Pós-graduação da instituição, revelaram sua realidade em uma perspectiva macro, e em uma perspectiva micro. Os resultados demonstram que em ambas as perspectivas, no ano base de 2021, o Instituto Federal do Paraná já atendia o disposto na meta treze, uma vez que a maioria dos docentes de seu quadro possui alto nível de formação.

Palavras-chave: Formação. Desenvolvimento. Educação. Plano Nacional de Educação.

¹ Mestre em Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira pela Universidad de Cantabria, Espanha (2012), Mestre em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Porto Alegre (2017), Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco. Professora do Colegiado de Letras do Instituto Federal do Paraná, Campus Palma.

² Mestre em Informática Industrial (1998) pelo CEFET-PR, Doutor em Informática na Educação (2008) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Titular do Departamento Acadêmico de Informática da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco.



ABSTRACT:

The Federal Institutes of Education, Science, and Technology are important in Brazilian education. Among them is the Federal Institute of Paraná, which has many teachers in the Basic Technical and Technological Education career who also work in higher education. The National Education Plan, a policy that consists of establishing guidelines, goals, and strategies to qualify education, established twenty goals for the 2014-2024 decade, among which is goal number 13, which aims to increase the quality of the national higher education system and increase the proportion of teachers with master's and doctorate degrees to 75%, being 35% of the total staff doctors. With this perspective, this study was designed to investigate the status quo of postgraduate formation for teaching staff at the Instituto Federal do Paraná and establish relationships with goal thirteen of the National Education Plan. The statistical analysis of data extracted from the Annual Report of Analysis of Management Indicators of Federal Institutions of Professional, Scientific and Technological Education, Fiscal Year 2022 (MEC, 2022) and the institution's Postgraduate Official Notices, revealed its reality from a macro perspective, and a micro perspective. The results demonstrate that from both perspectives, in the base year of 2021, the Federal Institute of Paraná already met the provisions of goal thirteen since most teachers on its staff have a high level of training.

Keywords: Stricto Sensu Postgraduate Studies. Development. Education. National Education Plan.

RESUMEN:

Los Institutos federales de Educación, Ciencia y tecnología son entidades de gran importancia en la educación brasileña. Entre ellos, está el Instituto Federal de Paraná, el cual posee expresivo número de docentes de la carrera de Enseñanza Básica Técnica y Tecnológica quienes actúan también en la enseñanza superior. El Plan Nacional de Educación, política que consiste en establecer directrices, metas y estrategias para calificar la educación, estableció veinte metas para el decenio 2014-2024, entre las cuales está la meta número 13, que tiene por objetivo elevar la calidad del sistema de educación superior y ampliar la proporción de docentes con titulación maestría y doctorado para 75%, siendo del total del cuadro efectivo 35% doctores. Con esa perspectiva, se delineó este estudio que tiene por objetivo averiguar el status quo de la formación stricto sensu del cuadro de docentes del Instituto Federal de Paraná y establecer relaciones con la meta trece del Plan Nacional de Educación. Los análisis estadísticos de datos extraídos del Informe Anual de Análisis de Indicadores de Gestión de las Instituciones Federales de Educación Profesional, Científica y Tecnológica, Ejercicio 2022 (MEC, 2022) y de las Convocatorias de Permisos para Estudios de Postgrado de la institución, revelaron su realidad en una perspectiva macro, y en una perspectiva micro. Los resultados demuestran que, en ambas perspectivas, en el año base de 2021, el Instituto Federal de Paraná ya atendía lo dispuesto en la meta trece, una vez que la mayoría de los docentes de su cuadro posee alto nivel de formación.

Palabras-clave: Formación. Desarrollo. Educación. Plan Nacional de Educación.



1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980, no período pós-ditadura, o Brasil tem buscado implementar políticas públicas para a consolidação de um sistema público de ensino que atenda as desigualdades que residem no campo social, econômico e cultural, nas mais diversas regiões do país (Vieira e Farias, 2011). Nesta senda, ainda que com tensionamentos e entraves de toda ordem, a educação profissional tem ganhado destaque na agenda de gestão política educacional, consolidando-se numa perspectiva de Educação Profissional e Tecnológica que busca engendrar dimensões de formação humana e profissional como um direito social (Moll, 2009).

Com o sancionamento da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, institui-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), dando origem a instituições de educação superior, básica e profissional, entre as quais estão os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conhecidos como Institutos Federais (IFs). Dentre os diversos IFs existentes na rede federal, está o Instituto Federal do Paraná (IFPR), o qual possui unidades em 30 municípios do Estado do Paraná, e, por ser de grande importância enquanto referência no ensino público, é objeto de interesse deste estudo.

Visando a estabelecer diretrizes, metas e estratégias para qualificar a educação brasileira, foi aprovado no ano de 2014 o Plano Nacional de Educação (PNE). Esse plano estabeleceu vinte metas para o decênio 2014-2024, entre as quais está a meta número 13, que tem por objetivo elevar a qualidade do sistema de educação superior e ampliar a proporção de docentes com titulação de mestrado e doutorado para 75%, sendo do total do quadro efetivo 35% doutores (Brasil, 2014).

Considerando que o IFPR é uma instituição de educação superior de importância na região, com um expressivo quadro de docentes da carreira de Ensino Básico Técnico e Tecnológico que atuam também no ensino superior, delineou-se este estudo que tem por objetivo averiguar o *status quo* da formação *stricto sensu* do quadro de docentes do Instituto Federal do Paraná e estabelecer relações com a meta treze do Plano Nacional de Educação. Para tanto, realizou-se esta pesquisa, de caráter quantitativo descritivo, com apresentação estatística de dados extraídos do Relatório Anual de Análise de Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Exercício 2022 (MEC, 2022) em uma perspectiva macro, ou seja, da instituição como um todo, e em uma perspectiva micro, com dados de cada campus.



Este artigo está organizado em cinco seções. A primeira, introdução, que apresenta uma contextualização geral da pesquisa. A segunda, denominada A Rede Federal e o Instituto Federal do Paraná: histórico e importância na educação brasileira, apresenta como se constitui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a qual o Instituto Federal do Paraná faz parte, e descreve brevemente sua importância na educação brasileira. A terceira seção, denominada “A meta treze do Plano Nacional de Educação”, apresenta a meta estabelecida, as diretrizes vinculadas e sua importância enquanto política nacional. A quarta seção descreve a abordagem metodológica e fontes de dados consultados, e a quinta seção apresenta resultados e discussões, elencando os dados analisados e estabelecendo relações para atender os objetivos propostos. Por fim, está a conclusão, que retoma os questionamentos que motivaram esta pesquisa, descreve o alcance dos objetivos propostos e propõe algumas reflexões finais.

Vale destacar que este estudo se justifica por acreditar na importância do acompanhamento das proposições e no alcance do disposto em políticas públicas de qualquer natureza, sobretudo, quando se trata de políticas educacionais que afetam grande parte da sociedade. Somente através da divulgação de dados com caráter científico é possível conferir transparência aos resultados e monitorar a efetividade das propostas, fazendo, quando possível e necessário, intervenções estratégicas para sua otimização.

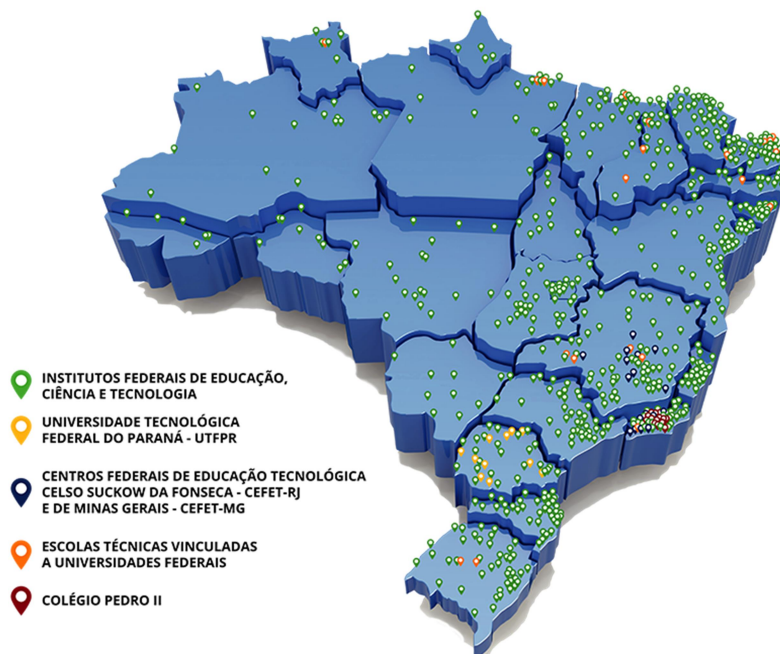
2 A REDE FEDERAL E O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O sistema de ensino brasileiro tem profundas marcas do contexto histórico e econômico do país, entre elas a composição de uma sociedade civil com classes evidentemente desiguais que, muitas vezes, implicam a convivência de realidades bastante distintas (Neves e Martins, 2016). No ranking de maiores desafios que o país enfrenta está o acesso e a qualidade da educação; por isso, a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 significou um grande passo. Sua promulgação instituiu a RFEPCT, dando origem a diversas instituições de educação superior, básica e profissional, especializadas na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Desde então, a RFEPCT tem sido ampliada, contando no ano de 2024 com 685 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação

Tecnológica, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II, conforme disposto na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição da RFEPCT



Fonte: MEC (2024)

Os IFs são institutos que possuem grande capilaridade no Brasil, com mais de um campus em cada Estado, ocupando todas as regiões do país. Isso se dá devido à política de interiorização das instituições de ensino que visa a garantir a oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação em localidades mais distantes dos grandes centros e das capitais. Para Frigotto (2018), a interiorização é um marco que altera o mapa da educação federal pública no Brasil.

Embora originados de uma reconfiguração de instituições já existentes, muitas com viés de ensino agrícola, industrial ou tecnológico, os IFs “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008). Ainda, os IFs assumiram importante papel no desenvolvimento socioeconômico brasileiro, por atrelar suas ações de ensino, pesquisa, inovação e extensão às vocações dos arranjos produtivos locais, culturais e sociais (MEC, 2024). Segundo Pacheco (2015, p. 48), “Os Institutos, definitivamente, significam uma nova matriz institucional cujo potencial não encontra precedentes na história da educação brasileira”.

Tendo passado por modificações em sua organização desde sua fundação, os Institutos Federais estão divididos atualmente em 38, entre os quais está o Instituto Federal do Paraná (IFPR), localizado no estado do Paraná, na região sul do país, ocupando grande destaque no cenário nacional. Implantado, inicialmente, a partir da estrutura da então Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Em dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892/08, que cria os Institutos Federais de Educação e, no ano seguinte, inicia-se a instalação provisória da nova reitoria do IFPR, e espaço para acomodar o Campus Curitiba e, ainda, dar continuidade à instalação dos Campi Paranaguá e Foz do Iguaçu. (Zanatta, 2019). Em seguida, o estatuto do IFPR foi aprovado e regularizado ante os órgãos do governo federal, e novas obras passaram a ser planejadas, bem como outros processos foram iniciados para a criação de outros campi em outras localidades do Paraná.

Passados dezesseis anos de seu surgimento, o IFPR se expandiu para muitas regiões do Estado, contando, atualmente, com 20 campi, seis campi avançados e quatro centros de referência, distribuídos em 30 municípios do Paraná (IFPR, 2024).

Figura 2 – Unidades do IFPR



Fonte: IFPR (2024).

A importância do IFPR é perceptível não apenas por sua capilaridade em diversas regiões do Paraná, mas pela variedade de cursos ofertados (mais de 300, considerando cursos técnicos, de graduação, de qualificação profissional e de pós-graduação), e no alcance de matrículas, que em 2022 era de cerca de 29 mil estudantes matriculados (Zanatta, 2019).



Sabe-se, porém, que uma instituição de ensino dessa magnitude é composta por um expressivo corpo docente que lhe dá sustento. Nesse caso, são os cerca de 1430 professores da nova carreira, criada pelo Art. 105, da Lei 11.784 (BRASIL, 2008), chamados professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conhecidos como EBTT, que compõem o quadro de docentes da instituição, incluindo efetivos e temporários, segundo Relatório de Análise de Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do ano base 2021 (MEC, 2022).

Ocorre, porém, que com o processo de verticalização do ensino, tendência natural dos IFs, boa parte dos professores EBTT ministram aulas não apenas nos cursos técnicos, mas também no ensino superior e, inclusive, na pós-graduação. Por tal motivo, embora EBTT seja uma carreira um pouco diferente do Magistério Superior, seus níveis de formação devem ser considerados para o atendimento da meta treze do PNE, que se refere diretamente a docentes do sistema de educação superior. Ademais, conforme aponta Silva e Aquino (2016, p. 42), “o professor EBTT é um agente ativo de extrema importância na configuração de um novo modelo de docência, e sua formação é apontada como uma das condições essenciais para a melhoria da qualidade de ensino”.

Por essa ótica, é factível compreender a estreita relação entre formação docente e qualidade da educação, qualidade esta apontada como premissa na rede federal, e que é inclusive seu mote: “educação pública, gratuita e de qualidade” (Zanatta, 2009). Assim, ressalta-se a importância de políticas públicas que favoreçam a qualificação crescente e constante desses profissionais, resultando em benefícios para a sociedade, conforme dispõe o próprio PNE, descrito na seguinte seção.

3 A META TREZE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Entende-se como política o conjunto de ações, práticas e diretrizes, fundadas em leis, e empreendidas como funções do Estado para resolver questões da sociedade (Heidemann e Salm, 2009). Quando assumem um caráter de interesse coletivo e público, são consideradas políticas sociais. Nesse sentido, Höfling (2001) entende a educação como uma política pública social de responsabilidade do Estado. Assim, a rede federal de ensino deve compor o acervo de interesses prioritários do governo, uma vez que ela é o meio de garantir acesso à Educação para os cidadãos brasileiros.



Na esteira de uma política educacional de abrangência nacional, está o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual consiste em estabelecer diretrizes, metas e estratégias para qualificar a educação. O PNE vigente, aprovado pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, apresenta dez diretrizes e vinte metas, às quais estão relacionadas 253 estratégias que devem ser cumpridas no decênio 2014-2024. A meta treze, de interesse deste estudo, traz em seu texto:

13 – Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores. (Brasil, 2014).

Este estudo não pretende discutir a assertividade do disposto no PNE, tampouco o conceito de educação de qualidade, entretanto, considera que a elevação dos níveis de formação dos docentes em programa de pós-graduação *stricto sensu* é uma das principais formas para atingi-la.

No foco da importância de políticas educacionais, como o PNE, e sua abrangência na rede federal, este artigo foi idealizado. Pensou-se na importância dos IFs que têm em seu escopo a verticalização do ensino e, por isso, incluem e já ofertam, em muitas de suas unidades em todo o país, cursos superiores.

Assim, considerando a realidade local do Estado do Paraná, que possui em seu território o IFPR como uma instituição de referência na educação superior, e um expressivo quadro de docentes que atuam nesse nível de ensino, surgiram alguns questionamentos que norteiam este estudo, a saber: *Em que proporção percentual de formação stricto sensu encontra-se o quadro docente da instituição e de cada campus? O IFPR conseguirá atender os percentuais estabelecidos na meta treze até o ano de 2024?*

Elencados os questionamentos que motivaram o estudo, passou-se ao delineamento do objetivo a ser alcançado, o qual consiste em averiguar o *status quo* da formação *stricto sensu* do quadro de docentes do Instituto Federal do Paraná e estabelecer relações com a meta treze do Plano Nacional de Educação. Posteriormente, passou-se ao desenho metodológico, descrito na seguinte seção.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa enquadra-se metodologicamente como quantitativa, com apresentação estatística de dados extraídos do Relatório Anual de Análise de Indicadores de Gestão das



Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Exercício de 2022, com referência ao ano base de 2021 (MEC, 2022). Também foi consultada a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que disponibiliza dados da rede federal dos anos 2017 a 2022.

As análises foram feitas em duas perspectivas: uma macro, ou seja, do quadro docente da instituição IFPR como um todo; e em uma perspectiva micro, com dados de cada um dos 20 campi (Assis Chateaubriand, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama, União da Vitória) e dos 06 campus avançado (Arapongas, Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê, Quedas do Iguaçu).

Embora as análises a seguir sejam apenas um recorte do contexto estudado e suas possibilidades, elas buscam fomentar a importância de um alinhamento entre o prescrito na lei e sua implementação, e evidenciam a importância da formação docente e qualificação do ensino como discussões primordiais no espaço da educação brasileira.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

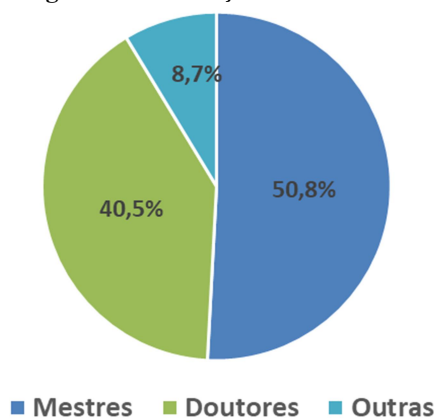
O primeiro levantamento realizado foi da formação do quadro de docentes do IFPR no Relatório de Análise de Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2022), que traz dados do ano base 2021. Essa análise macro, embora não reflita as peculiaridades de cada unidade, permite vislumbrar um panorama geral dos níveis de formação dos docentes da instituição e estabelecer relações iniciais em relação à meta treze do PNE.

Nos dados do referido relatório, identificou-se um total de 1430 docentes, sendo 727 com título de Mestrado e 579 com título de Doutorado. Desse total, 124 docentes foram considerados como “Outras formações”, o que pode corresponder à especialização ou apenas graduação. Vale ressaltar que nos dados aqui elencados não há distinção entre docentes efetivos e substitutos, pois esses dados não estão discriminados nos relatórios e, ao aplicar esse tipo de filtro na PNP, houve inconsistência de dados, por isso desconsiderou-se essa fonte de consulta para esses dados.

Como a meta treze do PNE estabelece um quantitativo percentual, as análises também seguiram esse padrão. Assim, pôde-se identificar que no ano base de 2021 havia no quadro docente 50,8% mestres e 40,5% doutores, o que totaliza 91,3%, o que está consonante à média nacional, que conforme a Cartilha dos Institutos Federais é de 91% e já representa,

numa perspectiva macro da instituição, o alcance superior ao estabelecido na meta treze, que é de 75% do corpo docente com formação *stricto sensu* (MEC, 2024).

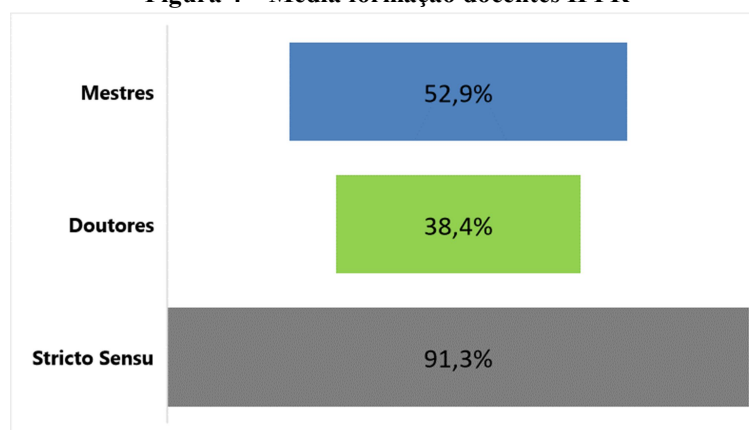
Figura 3 – Formação docentes IFPR



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório MEC (2022).

Ainda numa perspectiva macro, calculou-se a média da formação *stricto sensu* do quadro de docentes do IFPR (Figura 4).

Figura 4 – Média formação docentes IFPR



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório MEC (2022).

Para ter uma noção micro, capaz de observar o *status quo* do corpo docente de cada campus no tangente à proporção de mestres e doutores, foi feito um segundo levantamento. Considerou-se o quantitativo de docentes de cada campus, sua formação *stricto sensu* e, logo, calculada a taxa percentual referente a mestrado e a doutorado (Figura 5). Esse panorama elencou os 20 campi e os seis campi avançados; não foram considerados os centros de referência, pois são unidades surgidas recentemente, cujos dados não estavam disponíveis no

Relatório Anual de Análise de Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de 2022 (ano base 2021).

Estabelecendo-se uma relação dos dados com o estipulado na meta treze do PNE, percebe-se que a grande maioria dos campi já ultrapassou a meta de 75% do quadro de docentes com formação *stricto sensu*. Dos 26 campi, apenas dois não haviam atingido o percentual total da meta: Barracão (62,5%) e Goioerê (73,9%), sendo este último já muito próximo da taxa total esperada.

Figura 5 – Dados formação docentes campi IFPR

Campi	Total	Mestrado	Doutorado	Total stricto	Taxa Mestres	Taxa Doutores	Taxa Stricto	Outras
Arapongas*	2	1	1	2	50,0%	50,0%	100,0%	0,0%
A. Chateaubriand	58	28	21	49	48,3%	36,2%	84,5%	15,5%
Astorga*	18	7	9	16	38,9%	50,0%	88,9%	11,1%
Barracão*	16	6	4	10	37,5%	25,0%	62,5%	37,5%
Campo Largo	60	33	23	56	55,0%	38,3%	93,3%	6,7%
Capanema	31	16	11	27	51,6%	35,5%	87,1%	12,9%
Cascavel	45	21	22	43	46,7%	48,9%	95,6%	4,4%
Colombo	39	23	15	38	59,0%	38,5%	97,4%	2,6%
Coronel Vivida*	20	10	8	18	50,0%	40,0%	90,0%	10,0%
Curitiba	224	102	105	207	45,5%	46,9%	92,4%	7,6%
Foz do Iguaçu	68	26	36	62	38,2%	52,9%	91,2%	8,8%
Goioerê*	23	14	3	17	60,9%	13,0%	73,9%	26,1%
Irati	48	27	18	45	56,3%	37,5%	93,8%	6,3%
Ivaiporã	53	29	23	52	54,7%	43,4%	98,1%	1,9%
Jacarezinho	63	36	21	57	57,1%	33,3%	90,5%	9,5%
Jaguariaíva	25	17	8	25	68,0%	32,0%	100,0%	0,0%
Londrina	76	21	49	70	27,6%	64,5%	92,1%	7,9%
Palmas	153	85	53	138	55,6%	34,6%	90,2%	9,8%
Paranaguá	86	41	41	82	47,7%	47,7%	95,3%	4,7%
Paranavaí	80	44	34	78	55,0%	42,5%	97,5%	2,5%
Pinhais	37	26	10	36	70,3%	27,0%	97,3%	2,7%
Pitanga	26	10	14	24	38,5%	53,8%	92,3%	7,7%
Quedas do Iguaçu*	17	9	4	13	52,9%	23,5%	76,5%	23,5%
Telêmaco Borba	59	38	16	54	64,4%	27,1%	91,5%	8,5%
Umuarama	72	33	29	62	45,8%	40,3%	86,1%	13,9%
União da Vitória	31	14	11	25	45,2%	35,5%	80,6%	19,4%
Total	1430	727	579	1.306	50,8%	40,5%	91,3%	8,7%

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório MEC (2022).

No tangente ao percentual de mestres, o campus Goioerê possui nível elevado (60,9%), acima da média dos demais, enquanto o campus Barracão conta ainda com 37,5%. Em relação ao percentual de docentes doutores, ambos os campi estão aquém do esperado,



porém em taxa inversa, Barracão com 25% e Goioerê com quantitativo menor, de 13%. Cabe recordar que ambos são campi considerados avançados, o primeiro vinculado ao campus de Capanema, e o segundo, ao campus de Umuarama. Suas características de campi em desenvolvimento pode ser um fator para os dados encontrados

Ao analisar os dados referentes ao nível de formação, observam-se ainda algumas especificidades: todos os quatro campi (Astorga, Foz do Iguaçu, Londrina e Pitanga) que possuem menos de 40% de docentes mestres, possuem mais de 50% do quadro com doutorado, conforme destacado nos quadros alaranjados da Figura 5. Ou seja, os percentuais de mestrado estão mais baixos porque o corpo docente já possui doutorado, estando cerca de 90% do corpo docente com formação *stricto sensu*, o que é bastante além do estabelecido na meta treze do PNE. Uma hipótese para esses elevados índices é a de que os profissionais com maior qualificação são os que aprovam nos concursos em suas diferentes etapas, compondo um efetivo bastante seletivo e qualificado.

Oito são os campi que ainda não possuem 35% de seu plantel com doutorado, a saber: Barracão (25,0%), Goioerê (13,0%), Jacarezinho (33,3%), Jaguariaíva (32,0%), Palmas (34,6%), Pinhais (27,0%), Quedas do Iguaçu (23,5%), Telêmaco Borba (27,1%). Desses, três campi (Pinhais, Quedas e Telêmaco Borba) possuem condições de atingir a meta dado que possuem expressivo índice de professores mestres – 70,3%, 52,9%, 64,4%, respectivamente – e outros três campi (Jacarezinho, Jaguariaíva e Palmas) estão muito próximos de alcançar totalmente o estabelecido na meta treze do PNE, com mais de 32% de seu quadro de docentes com doutorado.

Por não haver informações disponíveis nos Relatórios consultados sobre formações em andamento do quadro de docentes, não é possível estabelecer uma previsão sobre o alcance dessa meta pela mesma fonte. Assim, para aproximar-se de uma projeção da realidade dos campi que não atingiram ainda a meta treze, buscou-se as listas de servidores em Afastamento Integral e Parcial para Pós-Graduação do ano de 2024, disponíveis na página oficial da Instituição (IFPR, 2024). Nesses documentos, identificou-se que o campus Barracão possui um docente em afastamento integral para Doutorado com previsão de conclusão em 2025, e o Campus Goioerê possui quatro docentes em afastamento (02 integral, 02 parcial), com previsão de conclusão em 2024.

Se as instituições mantiverem o mesmo quantitativo de docentes no quadro e estes que estão em afastamento concluírem suas formações, a situação em relação à meta treze modificaria no campus Goioerê, passando de 13,0% de doutores para 26,1%. Ainda assim,

não alcançaria os 35% almejados, porém, por possuir já 60,9% de professores mestres, atingiria um percentual de 87,0% de docentes com *stricto sensu*, o que significa que atenderia parcialmente a meta treze. Essa projeção está demonstrada na Figura 6.

Figura 6 – Dados campi que não atingiram a meta treze

Campi	Total	Mestrado	Doutorado	Total stricto	Taxa Mestres	Taxa Doutores	Taxa Stricto	Outras
Barracão*	16	6	5	11	37,5%	31,3%	68,8%	31,3%
Goioerê*	23	14	6	20	60,9%	26,1%	87,0%	13,0%

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório MEC (2022).

O campus avançado Barracão, por sua vez, mantém os resultados, uma vez que o docente em afastamento deverá concluir sua formação apenas em 2025. Caso a concluisse no ano de 2024, o campus elevaria sua taxa de doutores para 37,5% e *stricto sensu* para 75%, o que também representaria um alcance da meta treze do PNE. Uma possibilidade para a dificuldade de formação *stricto sensu* dos docentes nesse campus é a distância geográfica de grandes centros urbanos, dificultando o acesso desses profissionais a Programas de Pós-graduação de suas áreas e interesses. O que ilustra essa hipótese são os dados dos campi de Londrina e Foz do Iguaçu, com cerca de 53% de doutores em seu quadro docente.

Embora existam políticas nos IFs que visam à qualificação dos docentes, como a possibilidade de Afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, conforme disposto na Resolução N° 04, de 05 de março de 2021 do IFPR, existem aspectos nos editais que inviabilizam a participação de alguns docentes, como por exemplo no Capítulo II, do Afastamento Integral, Art. 7º, §4º, que trata:

Não serão concedidos os afastamentos previstos nos incisos I e II ao servidor que tenha se afastado por licença para tratar de assuntos particulares, para usufruto de licença para capacitação ou programa de pós-graduação *stricto sensu* nos 2 (dois) anos anteriores à data de requerimento de afastamento integral (IFPR, 2021).

Ou seja, um docente que, porventura, haja usufruído de afastamento para mestrado e na sequência tenha sido aprovado em programa de doutorado não poderá solicitar novo afastamento, devendo aguardar dois anos para novo requerimento. Essa política descontinuada representa um entrave para a natural formação sequencial e continuidade de pesquisas nos programas de pós-graduação, bem como atrasa as possibilidades para pleno alcance da meta treze.

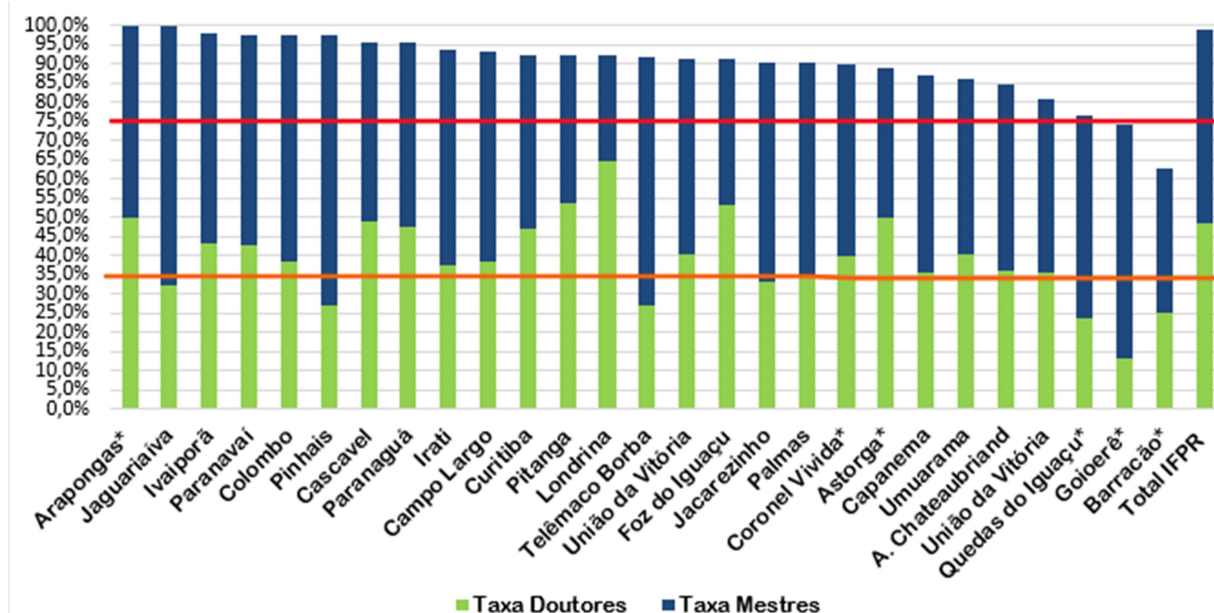


Outra fragilidade da Resolução 04/2021 está no Art. 15 que dispõe dos requisitos obrigatórios para Professor EBTT requerer o afastamento, o qual ressalta que o docente deve, no ato da inscrição no Edital já estar aprovado, aceito ou matriculado em programa *stricto sensu*. Como, muitas vezes, os fluxos dos editais não se alinham aos calendários acadêmicos dos programas de pós-graduação, diversos docentes não chegam a se inscrever. Assim, aqueles que estão lotados em campi do interior do Estado, não conseguem conciliar deslocamento aos centros urbanos onde estão as universidades que oferecem tais programas, inviabilizando sua formação.

Outro fator que pode haver afetado os processos de formação docente nos últimos anos foi a questão sanitária provocada pela pandemia do SARS-COV2 que, especialmente nos anos 2020 e 2021, requereu o distanciamento social. Tal situação provocou alterações nos calendários acadêmicos e processos seletivos, atrasos em pesquisas e editais de fomento e mesmo alterações de planos e prioridades dos docentes em suas questões particulares que, nos casos possíveis e/ou necessários, postergaram a conclusão de sua formação. Como os últimos dados consultados são do ano base 2021, expressam fortemente consequências desse momento histórico; por isso, somente nos relatórios dos anos seguintes será possível vislumbrar dados mais próximos da “normalidade”.

Duas são as limitações encontradas neste estudo: a primeira, pela indisponibilidade dos dados de anos mais recentes nos Relatórios do SETEC/MEC; e a segunda, a não distinção de quadro efetivo e de temporários, o que pode provocar algum tipo de distorção em alguns resultados. Também é importante recordar que esses dados não são fixos, uma vez que existe no IFPR políticas de remoção, e nos IFs, de redistribuição, o que promove certo trânsito de docentes de um campus para outro.

Para sintetizar os dados já explorados e representar o objetivo proposto neste estudo, realizou-se uma ilustração gráfica da noção micro e macro do *status quo* da formação do corpo docente do IFPR e sua relação com a meta treze (Figura 7), na qual a faixa vermelha demarca a meta de 75% de formação *stricto sensu*, e a faixa laranja a de 35% de doutores.

Figura 7 – Taxa percentual formação *stricto sensu* docentes IFPR por campus

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório MEC (2022).

Colocada em ordem decrescente em relação ao total da meta, essa representação não pretende ranquear os campi, mas, sim, identificar aqueles que podem estar necessitando de políticas mais assertivas para o alcance pleno da meta treze. Outrossim, apesar dos empecilhos e das particularidades de cada campus, é notável que o IFPR, já no ano de 2021, atendia quase totalmente o disposto na meta treze do PNE, o que denota significativo nível de formação de seu quadro docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo averiguar o *status quo* da formação *stricto sensu* do quadro de docentes do Instituto Federal do Paraná e estabelecer relações com a meta treze do Plano Nacional de Educação. Analisado em uma perspectiva macro e em uma perspectiva micro, buscou responder dois questionamentos que motivaram a pesquisa, a saber: *Em que proporção percentual de formação stricto sensu encontra-se o quadro docente da instituição e de cada campus? O IFPR conseguirá atender os percentuais estabelecidos na meta treze até o ano de 2024?*

Os dados analisados demonstraram as proporções percentuais de formação *stricto sensu*, as quais, tanto na perspectiva macro (da instituição como um todo) quanto micro (de cada campus) já atende, desde 2021, quase totalmente o percentual almejado na meta treze do



PNE. Em uma projeção pelas fontes consultadas de docentes em formação, apenas o campus Barracão não alcançaria a meta em 2024, mas sim, em 2025.

De forma geral, destaca-se que o IFPR possui um quadro docente com alto nível de formação, com cerca de 90% de formação do tipo *stricto sensu*, dos quais aproximadamente são 40% doutores e que essa taxa tende a aumentar, visto que há diversos docentes em programas de mestrado e doutorado. É possível que esses resultados positivos se deem pelas políticas de afastamento parcial e integral para participação em programas de pós-graduação e pela atratividade da carreira e do funcionalismo público, que, mediante processos seletivos, detêm profissionais com alta formação e experiência.

Pela materialidade de tudo o que foi anteriormente exposto, ressalta-se a importância de políticas como o Plano Nacional de Educação que, ao estabelecer diretrizes, metas e estratégias para qualificar a educação, propulsiona ações de desenvolvimento que beneficiam não apenas os docentes e os estudantes, mas também as instituições e as regiões onde se localizam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

FRIGOTTO. G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. EDUERJ, 2018.

HEIDEMANN, F.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: EdUnB, 2009.

HÖFLING, E. M. Estado E Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº. 55, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. [Imagem] Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/sobre-o-ifpr/> Acesso em 20 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Exercício 2021. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal/relatorios-e-publicacoes>. Acesso em: 12 abr. 2024.



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Institutos Federais: A cara do Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/institutos-federais.pdf>
Acesso em: 01 maio 2024.

MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. São Paulo: Artmed, 2009.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em 26 abr. 2024.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. 2021 em: Disponível: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>
Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVA, C. M. DA C. S.; AQUINO, J. M. DE. O Plano Nacional de Educação e a Política de formação docente para a educação básica. In: **Transformações do Estado e influências nas políticas educacionais no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2016. p. 61–88.

VIEIRA, S.F.; FARIAS, I.M.S. **Política Educacional no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.

ZANATTA. Odacir. **Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR**. Editora IFPR: Curitiba, 2019.

Recebido em: 01/08/2024 Aprovado em: 04/11/2024
--